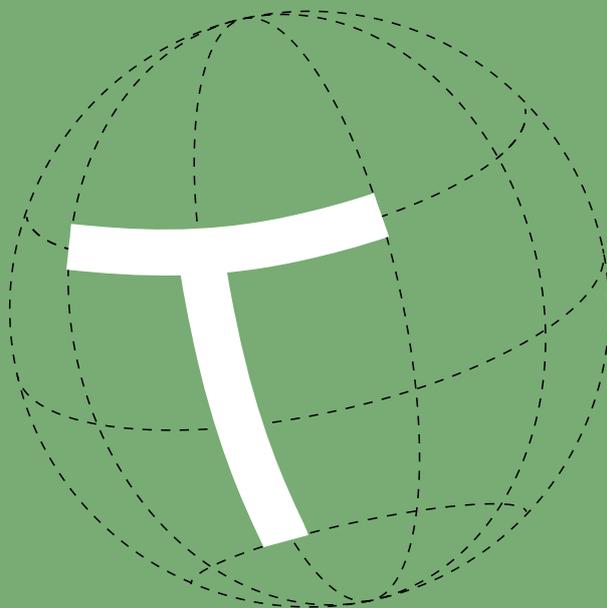


TERRITÓRIOS EM CONFLITO **2**

**EPISTEMOLOGIAS DO SUL
E ALTERNATIVAS
FEMINISTAS DE VIDA**
AS CINDERELAS DO NOSSO
MOÇAMBIQUE QUEREM FALAR

Teresa Cunha e Isabel Casimiro



Este material foi extraído da publicação digital *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, da coleção Rede Gernika.

© Jokin Alberdi, Isabel Casimiro, Teresa Cunha, Alfonso Dubois, Gonzalo Fernández, Yolanda Jubeto, Mertxe Larrañaga, María Oianguren e Luísa de Pinho Valle, 2019

© Associação de Investigação pela Paz Gernika Gogoratuz, 2019
Artekalea, 1-1.º • 48300 Gernika-Lumo
Tel.: 946 25 35 58
Correio eletrónico: info@gernikagogoratuz.org
<http://www.gernikagogoratuz.org>

2

EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA AS CINDERELAS DO NOSSO MOÇAMBIQUE QUEREM FALAR

Teresa Cunha e Isabel Casimiro

Teresa Cunha é doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra. É investigadora no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, onde ensina em vários cursos de doutoramento; co-coordena a publicação *Oficina do CES*, as séries Gender Workshop e a Escola de Verão Epistemologias do Sul, assim como o Programa de Investigação de Epistemologia do Sul do CES; e é a coordenadora científica da Escola de Inverno Ecologias Feministas de Saberes. É investigadora associada em CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África) e no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique).

Isabel Casimiro é doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra, graduada e pós-graduada em História e Estudos de Desenvolvimento. Investigadora do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), onde é coordenadora do Departamento de Desenvolvimento e Estudos de Género. É presidente de CODESRIA desde 2018. É cofundadora de WLSA (Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust) regional (1988) e de WLSA Moçambique (1990), e coordenadora nacional de 1990 a 1995. É cofundadora do Fórum Mulher e presidente do seu respetivo Conselho de Direção nos períodos 1993-2000 e 2006-2015.

A presente publicação resulta do apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia portuguesa, ao abrigo do Projeto Estratégico UID/SOC/50012/2019, e do financiamento da Norma Transitória/Emprego Individual.

Aqui ninguém dorme, só de pensar em abandonar as machambas e as árvores de fruta para ir a um novo lugar onde vamos queimar com o Sol, porque não há nem sequer sombras. A nossa situação é muito complicada. Quando os nossos maridos saem para fora da Ilha, à procura de meios de subsistência, ficamos sempre em pânico. Porque não sabemos se vão regressar sãos e salvos. (Velasco, 2018)

Naquela terra de Gabela, vermelha boa para o café, o vermelho da terra ficou mais vermelho, mais viscoso, do sangue de Sumbes e Bailundos. Aquela terra dos Seles, do Uco, da Conda, do Hiove, mais viscosa, mais vermelha. Café vai nascer com mais força, do vermelho mais forte que vem da terra. Sangue de branco regou a terra? Tão pouco só. Mas é sangue caro, se paga com rios cada gota. Todos com farda. Uns têm farda de soldado, outros de administrador. (Pepetela, 2018)

Num mundo povoado por homens e fardas queremos, neste capítulo, que as nossas personagens principais sejam aquelas que desmancham todas as fardas que os homens envergam e com as quais querem disciplinar o mundo e os corpos das mulheres¹.

-
1. Como não é objectivo do nosso texto não desenvolvemos a discussão em torno do potencial colonial e heteronormativo do conceito de *mulher*, pensado como um universal. Este assunto tem sido tratado na literatura por autoras como Ifi Amadiume (1998), Catarina Martins, (2016), Teresa Cunha (2014; 2015), Chandra Talpade Mohanty (1991), Linda Carty e Chandra Talpade Mohanty (2015), María Lugones (2010), Karina Bidaseca e Vanesa Laba (2011), Silvia Rivera Cusicanqui (2010), Judith Butler (2004), Oyèrónké Oyewùmí (2005), Casimiro 2014b; 2015), entre muitas outras. No entanto, assinalamos aqui, não apenas o debate, como a nossa atenção a ele e a nossa partilha das críticas levadas a cabo por estas e outras feministas.

Elas, as Cinderelas do nosso Moçambique,² são capazes de coisas formidáveis contra a repetida vitimização a que as querem condenar. Nascidas e criadas no Sul não-imperial, aquele Sul que é a metáfora dos sofrimentos e resistências a todas as opressões, respondem ao repto constante de Gayatri Spivak porque elas podem e querem falar dizendo ao que vêm. Elas são aquelas que transformam, todos os dias, a miséria a que as condenam, em alternativas concretas e viáveis. Elas são as que fazem da sua existência uma desobediência a qualquer ordem que as queira aniquilar. Elas são as que ousam contar a história de outra maneira. Tratam as cinzas como fogo e a esperança como sua irmã. Choram e não escondem a sua raiva pelos maltratos que lhes são impostos, mas não se resignam à impunidade. Elas não são evanescentes do presente porque elas são as criadoras de futuros.

Neste capítulo partimos juntas para pensar as epistemologias do Sul e alternativas feministas de vida, mas, para isso, queremos anunciar de onde estamos a ver e a pensar o nosso mundo. O nosso lugar de enunciação é o da África austral oriental, mais concretamente da costa do Oceano Índico que banha Moçambique. É a partir daí que enfrentamos e pensamos os problemas, os temas e as alternativas que são tecidos neste texto. É necessário deixar claro que este texto é uma co-autoria onde intervêm, não apenas as que escrevem, mas todas aquelas cujas sabedorias estão presentes e são o alicerce das palavras grafadas, pretas no branco das folhas de papel. Isto aprendemos umas com as outras: ninguém solta a mão de ninguém.

Partimos das epistemologias do Sul (Santos, 2018) para as submeter ao escrutínio feminista que deste lado do mundo estamos a construir. Para escrever este capítulo nós recorremos tanto às teorias como às nossas experiências empíricas. Reflectimos sobre nós e o mundo que se abre diante de nós com os seus problemas exercitando a crítica sem que

2. «Cinderelas do nosso Moçambique» é uma expressão usada por Luísa, pseudónimo de uma jovem feminista entrevistada em Junho de 2017, por Isabel Casimiro e Withney Sabino, no âmbito do projecto de pesquisa «“Diálogos em confronto”. Trajectórias, construções e percursos emancipatórios das mulheres nos PALOP’s: Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique”», com o apoio do CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África). Refere-se às mulheres que, como Josina Machel, participaram na luta armada de libertação nacional liderada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), entre 25 de Julho de 1962 e 7 de Setembro de 1974, aquando do Acordo de Lusaka entre o Governo Português, saído do 25 de Abril desse ano, e dirigentes da FRELIMO.

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

esta nos paralise ou nos torne cegas às possibilidades de uma transformação justa e real para todas e todos. Aprendemos, há muito, que a emancipação é plurilógica, pluriversa e pensa-se, diz-se e vive-se, polifonicamente. E isso é o que nos repetem as muitas mulheres, vivas, sábias, desafiadoras e que resistem a ser objectos tanto de velhas como de novas ordens que conosco têm feito este caminho.

O capítulo está organizado em duas partes principais. Na primeira propomos uma hermenêutica feminista das epistemologias do Sul. O conceito de linha abissal servir-nos-á para pensar analiticamente sobre a economia política contemporânea que, a nossa ver, é colonial, androcêntrica e antropocêntrica. Na segunda, recorrendo às nossas experiências e às narrativas e práticas de mulheres de Moçambique, queremos perceber algumas das possíveis causas dos sofrimentos e de algumas ideias de resistência e de alternativas para o futuro. Por fim, destacamos algumas das lições aprendidas, a partir desta margem do oceano Índico, mas que podem constituir-se como conhecimentos relevantes para informar recomendações para políticas públicas de formação e cooperação solidária Sul-Sul e Sul-Norte.

ANDANDO POR CIMA DA LINHA ABISSAL: UMA HERMENÊUTICA FEMINISTA DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

■ O que são as epistemologias do Sul

As epistemologias do Sul são um campo teórico que têm como premissas principais as seguintes:

1. O pensamento moderno ocidental é arrogante e indolente. É arrogante porque se vê a si mesmo como o único conhecimento válido e, portanto, universalizável. Ao adjectivá-lo de científico, e ao colocar este modo de fazer ciência no centro da busca das soluções para os problemas do mundo, destituiu todos os demais conhecimentos da sua relevância e potência transformadora positiva reduzindo-os a superstições ou a modos subalternos e hipotrofia da representação da realidade e da verdade. É indolente porque tem uma visão metonímica do mundo; toma a parte pelo todo e não se interessa em conhecer os seus próprios limites. Reconhecendo a incompletude de todos os conhecimentos, Boaventura afirma que a forma ocidental moderna de conhecer o mundo

é apenas uma entre muitas e que ignorar ou negligenciar essa abundância cognitiva é um trágico desperdício de experiências (Santos, 2002, 2007, 2014a).

2. O pensamento forjado no iluminismo europeu não reconhece os seus fracassos. As grandes utopias dos modelos de interpretação e de transformação que inaugurou, como a democracia liberal ou os direitos humanos, mostram hoje a sua exaustão e a sua incapacidade de promover a paz, a justiça e a equidade tanto a nível nacional como global. Ao contrário, em nome da democracia e dos direitos humanos, são declaradas guerras, são aniquiladas pessoas e culturas, destruídos territórios e a Terra juntamente com todas as suas manifestações de vida. Assim, se nega a esperança de que se pode imaginar e construir um outro mundo onde prevaleça a máxima justiça e harmonia ecodependente.
3. É um pensamento que só se sustém através da criação e manutenção de linhas abissais (Santos, 2014a, 2018). As linhas abissais são aquelas que criam um mundo de seres e de não-seres separados abissalmente. Aos primeiros atribui-se dignidade, história, identidade, memória, cultura e poder criativo; os segundos são seres ontologicamente falhos onde prevalece a animalidade, a irracionalidade, a repetibilidade, a incapacidade de pensar o mundo e a vida como seus. Santos acrescenta que as linhas abissais separam as pessoas e os seus mundos através de um modelo colonial. De um lado estão as metrópoles onde prevalece a negociação e a regulação; e do outro, as colónias, onde impera a violência e a apropriação (Santos, 2018: 20-21). Ora, são essas linhas abissais que promovem e garantem a desigualdade ontológica, social e epistemológica. A lógica de poder que lhe subjaz é a da invasão, guerra, conquista, ocupação, controlo e exploração de territórios, corpos e identidades que não se conformem nem conformem com os seus ideais de mundo e de conhecimento. Por isso a diversidade não é apenas um desafio ou um problema, é uma divergência. E, num sistema homogéneo, universal e desigual divergir é sempre um perigo que transforma as/os suas/seus protagonistas em alvos de aniquilação através da acção «salvadora-civilizatória» que informa a visão colonial do mundo que continua a imperar.

As epistemologias do Sul aspiram, pois, à sua própria inexistência. Elas defendem diálogos horizontais e solidários entre os conhecimentos disponíveis no mundo na busca da maximização da justiça para

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

todas e todos, sem exceção, em harmonia com a mãe Terra e todas as demais manifestações de vida. Isto significa, pois, que a dicotomia entre epistemologias do Sul, do Norte, ou de qualquer outro ponto cardeal, não fará mais sentido. Por outro lado, as epistemologias do Sul assumem-se ainda como uma narrativa de esperança, ou seja, afirmam-se inconformadas com o exercício da crítica sem a construção de alternativas. Elas combatem activamente o niilismo como modo de produção constante de distopia e da impossibilidade de agir e mudar o estado das coisas.

Neste sentido, o quadro teórico das epistemologias do Sul lança uma interpelação e propõe cinco procedimentos. A interpelação é que é necessário reconhecer que há um Sul; ir para o Sul e aprender com o Sul (Santos, 2014a). Trata-se de um Sul que é uma metáfora e não um lugar que fica para cá ou para lá do norte geográfico. Este Sul é a metáfora utilizada para designar os conhecimentos forjados nos sofrimentos experimentados e vividos por causa das violências perpetradas pelo colonialismo, o capitalismo e o hétero-patriarcado. No entanto, este Sul, é também e, sobretudo, a força e a coragem das sabedorias inscritas nas práticas sociais imaginadas e criadas na luta e por uma transformação libertadora. Fica, assim, aberto o campo epistemológico para pensar a diversidade do mundo sem desperdiçar experiências, especialmente aquelas que têm escapado ao crivo excludente da ciência moderna.

Os cinco procedimentos são aqueles que enunciamos e desenvolvemos, sucintamente, a seguir:

1. O primeiro é a sociologia das ausências. Esta sociologia é um exercício que permite identificar tanto na realidade como na produção de conhecimento o que foi suprimido ou silenciado; o que foi construído como irrelevante ou simplesmente descartado como alienação, superstição, tradição e, portanto, atrasado e incapaz. A sociologia das ausências permite-nos perguntar por aquilo que falta e não devia faltar; responsabiliza-nos a questionar, incessantemente, sobre o colonialismo interno de uma ciência que pensa em banda estreita e imagina um mundo epistemológico vazio para ela ocupar e controlar.
2. Em segundo lugar, procede-se com uma sociologia das emergências. Com esta sociologia encara-se a vitimização e prossegue-se para o reconhecimento das capacidades colectivas e as alternativas que existem e estão disponíveis para pensar e agir. As emergências constituem-se em sinais, indícios, ou pedaços daquilo que não foi

atingido ou colonizado e que, por isso, são manifestação concreta de outros modos de viver e representar-se a si e ao mundo. É um passo adiante que combate a desesperança e o mito de que a hegemonia do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado é total e inultrapassável. As emergências são também as subjectividades e ações criativas que já são outros lugares de enunciação construção e de anúncio de outros conhecimentos.

3. O terceiro procedimento das epistemologias do Sul é a ecologia de saberes. A ecologia de saberes visa a co-produção de saberes alternativos. Para tal, necessita de mobilizar o maior número possível de pensadoras/es e mestras/es assim como as suas sabedorias epistemologias o que permitirá a identificação de temas, símbolos e ações emergentes que estruturam formas alternativas e emancipatórias de ser e viver. Pode-se então definir a ecologia de saberes como o reconhecimento de que existem saberes válidos e contra-hegemônicos que excedem, em muito, o império cognitivo (Santos, 2018) da ciência e da tecnologia moderno-ocidentais. Esses saberes coexistem e devem ser entendidos como válidos e significativos para pensar e levar a cabo os processos de emancipação. A ecologia de saberes exige a produção de conhecimentos situados, conectados a contextos específicos e imersos em práticas transformadoras e em regime de co-presença. A ecologia de saberes não pode ser alcançada pela linguagem conceptual (técnica, filosófica ou científica). A linguagem privilegiada é a narrativa que é compatível com diferentes meios de expressão da escrita e da oralidade como teatro, música, dança e rituais que criam um sentido imediato e concreto de co-presença.
4. A tradução intercultural é o quarto procedimento das epistemologias do Sul. Trata-se de uma prática pluritópica e de humildade recíproca, desafiando as incomensurabilidades e argumentando que o conhecimento e a aprendizagem mútuos são possíveis com base na experiência das lutas vividas e nas trocas solidárias de conhecimentos, práticas, reflexões e ideias. A tradução intercultural não visa a produção de equivalências simétricas retóricas, de ideias ou de práticas. Ao contrário, a tradução intercultural nas epistemologias do Sul é uma luta anti-colonial do saber e do poder que não busca a elaboração de sínteses nem apela a uma hibridiz despolitizada. A tradução intercultural interpela-nos a habitar e a conviver com as contradições geradas pelas lições mutuamente partilhadas (Rivera Cusicanqui, 2010). Este modo

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

tradução intercultural permite atribuir um significado positivo à ambiguidade e à incerteza que estão presentes nas trocas e nos seus resultados (Cunha, 2008).

5. Por último, o quinto procedimento é o artesanato das práticas. O artesanato das práticas procede da ecologia de saberes, mas ultrapassa-a na medida em que cria um conjunto de condições de aplicação dos conhecimentos através da intervenção transformativa no mundo. O artesanato é ação criativa e imaginativa sobre o mundo. São práticas não segmentadas que buscam resolver problemas ou reinventar contextos e lugares onde a vida tem lugar. O artesanato é um modo complexo de aprender e ensinar, onde a repetição e a inovação não são uma dicotomia mas são partes inteiras do processo. A repetição serve para afinar, criar precisão, mas não para eliminar as singularidades que cada processo de criação exige. A repetição, é uma outra economia do rigor que é obtida pela cuidadosa consideração da contingência dos materiais, pelo impulso criativo de quem pratica, pelo contexto, pelos recursos de tempo e espaço disponíveis. Por seu lado, a inovação não é o outro lado da repetição é o mais além, o imprescritível que a imaginação garante (Cunha, 2019). O artesanato envolve um tempo com tempo no qual várias gerações de protagonistas, saberes e tecnologias são integrados num processo de co-criação e onde a assunção das raízes não limita as opções (Santos, 1996). Ao contrário da divisão sexual do trabalho capitalista, colonial e hétero-patriarcal que separa os tempos, os lugares e as escalas criando redutos de dominação e onde é difícil resistir ao e pelo isolamento, a conceptualização de um artesanato das práticas, enfrenta essa lógica propondo-se unir, elaborar continuidades, que não são permanências, mas sim transformações contextualizadas e significantes e onde as reciprocidades são parte constitutiva.

■ Uma hermenêutica feminista para corromper as linhas abissais, venham elas de onde vierem

Partilhamos, pois, a ideia seminal das epistemologias do Sul teorizadas por Boaventura de Sousa Santos (2014a, 2018): não há justiça social sem justiça cognitiva. Porém, e no nosso entendimento, este postulado não capta nem tematiza, com a profundidade necessária, a complexidade da desigualdade das relações de poder entre mulheres e homens. Para além disso, e considerando que as identidades sexuais

e de gênero presentes no mundo vão muito além do sistema binário dominante (Roseneil et al., 2013; Trujillo e Burgaleta, 2014; Moreira, 2018), argumentamos que, uma hermenêutica feminista das epistemologias do Sul, nos obriga a afirmar que não há justiça social e cognitiva sem justiça sexual.

Deste modo, interrogamos toda a imaginação sociológica, feminista ou não, que não ponha em evidência o perigo constante da *single story*³, que homogeneiza e amalgama a diversidade intensa e, potencialmente infinita, dos seres que se representam como mulheres, assim como as múltiplas ignorâncias que prevalecem sobre os conhecimentos, experiências e as alternativas forçadas por elas.

A hermenêutica feminista das epistemologias do Sul que nos propomos levar a cabo permite pôr em destaque que a proliferação de dicotomias, com base na oposição subalternizadora entre quem se representa feminina e quem se representa como masculino, tem mantido o viés estruturalmente sexista do pensamento moderno ocidental. Isto significa que estas relações de poder, com base na ideia de sexos opostamente desiguais (Mouffe, 1996; Butler, 2008), são criações do pensamento abissal que se manifestam das mais variadas maneiras nas esferas da vida material e simbólica nas sociedades humanas. Por outras palavras, são linhas abissais aquelas que estão reflectidas no sexismo, entendido enquanto sistema de disjunção e hierarquização entre feminino e masculino. Com uma hermenêutica feminista das epistemologias do Sul torna-se possível distinguir, com maior clareza, que o pensamento moderno ocidental além de logocêntrico, porque considera todos os outros conhecimentos como atrasados, sem substância epistemológica ou meras derivações imperfeitas de si, tem duas outras características que queremos tematizar neste capítulo.

Despatriarcalizar criticando o androcentrismo e a invenção do trabalho reprodutivo das mulheres

A modernidade ocidental gerou um pensamento androcêntrico. Isto significa que se apoia nos privilégios criados e mantidos pelos e para os homens que se veem a si mesmos como o centro e a medida de todas as coisas. Para além da criação de uma masculinidade agres-

3. Parafraseia-se *The Danger of the Single Story* de Chimamanda Adichie. Ver <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story>.

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

siva, autoritária e dominadora esta racionalidade androcêntrica cuida, detalhadamente, da legitimação e manutenção dos seus poderes. Para isso, entre outras coisas, definiu, controla e explora os trabalhos levados a cabo pelas mulheres. Interessa-nos, pois, neste capítulo, reflectir um pouco mais profundamente, sobre a questão do trabalho das mulheres trazendo à luz alguns aspectos que demonstram como este é um assunto crucial para as lógicas extractivistas do capitalismo neo-liberal contemporâneo.

Silvia Federici, na sua obra *Caliban y la Bruja* (2010), analisa com detalhe o colapso da economia feudal europeia e o surgimento da nova ordem capitalista que se consolidou com a expansão colonial da Europa. A autora explica que esta mudança paradigmática só foi possível porque se conseguiu separar os meios de produção das/os trabalhadoras/es, transformar os corpos em máquinas de trabalho e submeter as mulheres a uma função de reprodução da força de trabalho (ibidem: 85 e ss.). Esta nova ordem, e a acumulação de capital que ela suscitou, implicou processos muito violentos que acarretaram a destruição dos poderes das mulheres, o extermínio de muitas delas, tanto na Europa como fora dela, e a reinvenção duma hierarquia com base no género, raça e idade que vieram a ser constituintes da dominação de classe (ibidem: 90). Ela afirma que o capitalismo não foi uma evolução dentro do sistema, mas sim a contra-revolução levada a cabo por senhores feudais, mercadores ricos, bispos e papas para submeter e destruir as lutas seculares por emancipação das/os pequenas/os agricultoras/es, artesãs/ãos e trabalhadoras/es dos vários outros ofícios centrais à economia política da época (ibidem: 33-34). Isto significa que o paradigma ganhador inventou a mulher como «dona de casa», responsável pelo cuidado e pela infra-estrutura da vida e das condições necessárias para a produção e a consequente acumulação do capital.

Por outro lado, a transformação do trabalho numa mercadoria, que pode ser comprada e vendida teve, como consequência, uma mudança paradigmática sobre o conceito de trabalho e de economia. O trabalho foi entendido durante muito tempo como «o outro nome das actividades humanas» (Polanyi, 1975 [1944]: 72),⁴ e que não é realizado para vender nem pode ser desarticulado do resto da vida. Com a revolução industrial nascida na Europa este passa a ser as actividades que podem ter valor de troca no mercado capitalista. Sendo assim, os trabalhos das mulheres, realizados fora da esfera industrial

4. Tradução das autoras.

e do comércio, ou seja, no espaço doméstico ou da comunidade, uma vez que não são assalariados (por conseguinte não têm valor de troca no mercado) deixam de ser trabalho ou, quando muito, são considerados trabalho reprodutivo. No novo regime monetário, nascido com a hegemonia do capitalismo, só a produção-para-o-mercado é definida como ação criadora de valor. Deste modo, todas as outras actividades que sustentam a vida, desde a produção de alimentos e a sua transformação em comida, a manutenção do abrigo que protege e garante as condições de existência, os conhecimentos de cura ou relacionados com manutenção da harmonia social em escala familiar ou comunitária, entre muitas outras tarefas e responsabilidades levadas a cabo pelas mulheres, passam a ser desconsideradas como trabalho. É nesse contexto que nasce a ideia da naturalização do trabalho do cuidado como uma manifestação de amor regulado no e pelo espaço doméstico onde o chefe de família, normalmente macho, é quem decide determinando as condições do presente, representando o futuro desejável e reinventando o passado que legitima todos os seus privilégios. É engendrada e implementada a linha abissal entre trabalho e o que começa a ser naturalizado como amor e dádiva. O primeiro é pago, ainda que em muitos casos sob a forma de exploração, mas reconhecido como tal; o segundo, é destituído de qualquer valor de troca e até de uso, sujeito a todas as formas de exploração, visíveis e invisíveis, e pensado como adesão voluntária a uma obrigação ancorada na desigualdade ontológica entre mulheres e homens. Como afirma Amaia Pérez Orozco (2014), a promoção de «uma ética reacionária do cuidado» está na base do contrato social moderno que continua a manter a obsessão pela conquista dos conhecimentos e dos corpos das mulheres reorganizando e reapropriando os seus modos de vida, as suas actividades..., enfim, os seus trabalhos.

Esta análise sobre o trabalho e a sua mercadorização está limitada ao sistema capitalista e à sua propagação global a partir do século XVIII através do complexo sistema colonial que a Europa protagonizou e protagoniza. No entanto, a nossa crítica feminista ancorada nas epistemologias do Sul alerta-nos que a sua existência e expansão não é totalmente hegemónica. Muitas sociabilidades e práticas ou ficaram de fora do capitalismo, ou foram pensadas e levadas a cabo em resistência e contra ele. Na realidade, em muitas e diferentes sociedades o trabalho continua a ser entendido de maneiras divergentes com o que foi gerado pelo capitalismo. Esta atenção epistemológica à diversidade conceptual presente no mundo é fundamental para pensar as alternativas a partir

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

das capacidades colectivas. Portanto, esta análise deve ser tida em consideração dentro de um contexto que é, sem dúvida dominante, mas não é uma totalidade. Muitas das experiências sócio-económicas levadas a cabo por muitas mulheres do Sul, esse lugar de sofrimento, resistências e alternativas, não apenas disputam a hegemonia totalitária das linhas abissais, como as subvertem.

A relação de oposição hierárquica entre, trabalho produtivo ou reprodutivo, trabalho produtivo e improdutivo, comércio formal ou informal, emancipação ou opressão, privado ou público, doméstico ou político, amor ou raiva, voz ou o silêncio, prisão ou fuga, género feminino ou género masculino, poder ou sujeição, rural ou urbano, tradicional ou moderno, sofrimento ou felicidade, é permanentemente desarticulada pelas ideias e experiências das mulheres e resulta num pensamento sócio-económico subalterno enunciado em outros termos. Para muitas delas, cozinhar, agricultar, comerciar, tecer, ensinar, curar, fazer medicamentos, armazenar, criar objectos que são mais do que objectos porque são produtos da sua criatividade e da sua arte ou definir metas para o seu negócio fazem parte do seu repertório diário de acção. Nem os espaços físicos, nem os tempos, nem as habilidades e conhecimentos necessários, e muito menos a consideração de que alguma destas actividades é produtiva, improdutivo ou reprodutiva são parte da sua maneira de pensar e fazer o seu mundo.

Nestas práticas e experiências distinguimos a força com que elas andam em cima da linha abissal e a corrompem criando espaços-tempo onde ela implode por não fazer mais sentido. Argumentamos, pois, como já temos vindo a fazer em outros textos (Cunha, 2015, 2017), que os trabalhos das mulheres — incluindo os que historicamente lhes têm sido atribuídos — são os mais produtivos de todos porque consideramos que são aqueles que alicerçam e alimentam a vida em todas as suas manifestações, a dignidade e a imaginação diária do futuro. É com base nesta discussão teórica que uma hermenêutica feminista das epistemologias do Sul contribui para dismantelar e ultrapassar a dicotomia entre trabalho produtivo e reprodutivo. Por outras palavras, consideramos que, todas as tarefas que as mulheres fazem ou escolhem realizar em qualquer esfera da vida, são todas, trabalho produtivo.

Torna-se clara, a nosso ver, a relação umbilical entre capitalismo e hétero-patriarcado. Argumentamos que as epistemologias do Sul assim como qualquer pensamento feminista só são radicalmente feministas quando oferecem um pensamento subversivo que questiona e põe em causa os restos do império colonial ainda presentes no sul e no norte e,

com eles, os interesses dominantes que, em boa medida, são os interesses capitalistas dos homens do norte.

A descolonização do pensamento e a crítica da razão capitalista antropocêntrica

A segunda característica do pensamento moderno ocidental sobre a qual queremos refletir é o seu antropocentrismo. É antropocêntrico porque promove e justifica a extração e a exploração intensiva de todas as formas de vida e da natureza de modo a transformá-las em mercadorias que resultam em mais-valias convertíveis em lucro. Assim, são inventadas e implementadas fontes ilimitadas de acumulação de capital, privilégios e do uso da força e da coação.

O antropocentrismo constrói a realidade povoada por duas categorias de seres: os que têm dignidade ontológica e os que não têm. Por outras palavras, de um lado da linha temos os seres humanos, ou melhor, aqueles seres a quem é atribuída e reconhecida a plenitude da sua humanidade (subsumidos na categoria de *ánthropos* [homem]) e do outro tudo o que não configure versões subsidiárias e controláveis por este universal masculino. É neste ponto que se apoia a ideia colonial do mundo a qual converte a terra, os territórios, as pessoas que lá habitam e tudo o mais em natureza. E, por natureza, entende-se entidades exteriores, derivadas e vazias, passíveis de conquistar, ocupar, possuir, dominar e explorar. A violência e a guerra são o modo de lidar com essas entidades que não possuem a densidade ontológica necessária à capacidade para existir, pensar e florescer (Sen, 2010) de forma própria e autónoma.

Polanyi (1975 [1944]) defendeu que se trata da invenção de um *outro nome para a terra*. Ele mostra como mercadorização da terra, leia-se também da natureza, e o fetichismo capitalista que se lhe seguiu, implicou tornar privada a riqueza multidimensional, e não mercantil, que essa entidade representou e representa para as sociedades humanas. A terra-natureza, em vez de ser entendida como matriz onde assentam as condições vitais da existência, é reduzida a paisagem ou recurso transacionável. O ciclo colonial moderno europeu tornou essa ideia concreta incluindo nesses recursos, com valor de mercado, tanto o ouro quanto a pimenta e ainda as pessoas feitas escravas. Tudo foi transformado em *coisas*, disponíveis e transacionáveis. Isto tem significado, por um lado, ciclos extractivos cada vez mais violentos e em maior escala (Svampa, 2013) e, por outro lado, permite separar a vida da economia, o trabalho

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

dos modos de vida e as mulheres dos homens. Os abismos proliferam e as violências também.

Contudo, como mostram a experiência e a literatura, há abundância de conhecimentos e alternativas às desigualdades sociais contemporâneas advindas desta racionalidade antropocêntrica. De uma forma muito breve indicamos alguns trabalhos e perspectivas feministas que elaboram críticas fracturantes e pensam alternativas à mercadorização da terra, à acumulação primitiva de capital através da extração maciça de recursos e à destituição e destruição do trabalho como modo de vida. Entre várias correntes e outras obras destacamos o ecofeminismo (Shiva, 2018; Shiva e Mies, 1993; Puleo, 2013), as críticas feministas africanas ao desenvolvimento (Annan-Yao, 2004; MacFadden e Twasiima, 2018), as alternativas criadas e geridas por mulheres no continente africano (Cunha, 2011, 2015; Casimiro e Souto, 2010), e ainda a ética do cuidado e as economias do dom (Vaughan 1997; Boff, 1999). Todas estas reflexões, e as práticas que com elas se relacionam colocam no centro a vida e questionam a domesticidade como uma pura rendição que fica para além do económico. Consideram o trabalho do cuidado produtivo, a impossibilidade de pensar a terra como mera questão de propriedade e partem da ideia da centralidade da vida em todas as suas formas garantida pela reciprocidade e da autoridade partilhada. Noutro registo, a filosofia uBuntu (Ramos, 1999; Praeg e Magadla, 2014) que, ao preconizar que «eu sou porque tu és», anuncia uma ética de obrigações mútuas disjuntoras do individualismo que é tão central ao capitalismo e à exploração levada a cabo por ele. Por outro lado, a ideia de Sumak Qawsay, como Atawallpa Oviedo (2011), nos mostra, é uma cosmovisão onde a complementaridade não-hierárquica e a sobriedade organizam a vida social, política e económica de uma maneira contrária à apropriação da natureza, e que mostra a importância de uma vascularidade social horizontal do viver bem. As economias camponesas, familiares e costeiras (Silva, 2012; Fernandes, 2012; Casimiro, 2018b) que se organizam em ciclos de auto-sustento que são a matriz da sustentabilidade ambiental, são o contrário da voracidade extractivista neo-liberal criando redes situadas e contextualizadas de apoio mútuo, ao invés da imposição da macro-escala da economia global sem rosto. As economias solidárias com as moedas sociais, as empresas auto-geridas, as cadeias de produção e comércio solidário, os mercados de troca (Santos, 2011), que se organizam e operam em torno dos princípios da mutualidade e das reciprocidades desiguais são formas de conseguir viver a abundância

através de enunciados não-capitalistas onde preço e valor são continuamente desconstruídos para que o acesso aos bens e ao rendimento seja radicalmente democratizado. Para além destas, há uma forte discussão académica das alternativas tratadas através dos conceitos de decrescimento, pós-desenvolvimento e transição sobre as quais Arturo Escobar (2015) e Sally Mathews (2008) fazem contribuições a partir de contextos, disciplinas e perspectivas diferentes. Relacionam e mostram os limites dos conceitos e das experiências que pretendem renunciar ao desenvolvimento capitalista sem, contudo, deixar de forjar outros horizontes de bem-estar e felicidade, como «consoma muito menos e partilhe muito mais».

Destas propostas teóricas emergem questionamentos profundos sobre a violência epistémica da monocultura capitalista; a importância do grupo e das reciprocidades; o valor ético e político da sobriedade; a força dos laços —racionalidades matrimoniais— que colocam em causa a ideia da primordialidade da propriedade privada —racionalidade patrimonial—; a abundância como uma economia política do desejo que subverte e substitui a voracidade do lixo gerado na sucessiva produção do instantâneo como modo de existência e de reconhecimento social; a diversidade epistemológica e de práticas; a imbricação entre a emancipação individual e colectiva; o princípio da não separação entre a economia e a sociedade, e sociedade e a vida; o encantamento pelas complementaridades; as potencialidades das escalas de proximidade. A hermenêutica feminista das epistemologias do Sul mostra que em todos os espaços, esferas de acção, tempos e empreendimentos as mulheres estão presentes trabalhando, pensando, criticando, criando e agindo. É, pois, razoável afirmar que não pode haver um pensamento alternativo de alternativas (Santos, 2001) que não seja profundamente feminista (Sow e Guèye, 2011; Cunha e Lauris, 2016; Cunha, 2017; Casimiro, 2014b, 2015).

Como se percebe, o androcentrismo e o antropocentrismo vão de par constituindo-se como duas faces da articulação dos três sistemas opressores e constitutivos da modernidade ocidental: o capitalismo, o colonialismo e hétero-patriarcado. A crítica feminista da razão abissal tem, então, que compreender e ultrapassar o seu carácter androcêntrico e antropocêntrico para poder olhar a realidade e descobrir nela as emergências que apontam e prefiguram um outro mundo possível. Perante um mundo em que as soluções encontradas para os problemas se mostram incapazes e, muitas vezes, perigosas (Randriamaro, 2018), precisamos de olhar e ponderar, de outra maneira, o mundo e os co-

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

nhecimentos disponíveis. É a partir daqui, que a nossa proposta de uma hermenêutica feminista das epistemologias do Sul abre caminho a um pensamento pós-abissal que cria espaço cognitivo, mas também social, para questionar o que já sabemos obrigando-nos ao exercício de desaprender para poder aprender de novo. Para usar os termos do filósofo africano Kwasi Wiredu (2003: 54), o diálogo epistemológico necessita de abertura de espírito, de respeito integral pela diferença e não tem por objectivo apenas evitar os mal-entendidos e os equívocos entre as partes. O diálogo necessita de um horizonte cognitivo onde se possam inscrever e terem lugar, inesperadamente, outras narrativas e outros resultados não esperados e ditos em termos não convencionados pela modernidade e pós-modernidade de matriz ocidental.

A ECONOMIA EXTRACTIVISTA NA VIDA DAS MULHERES DE MOÇAMBIQUE: O QUE PODEMOS APRENDER

Como Zo Randriamaro (2018: 2) afirma, o actual modelo de desenvolvimento global tem vindo a impor ao continente africano a extracção intensiva e violenta de todo o tipo de recursos: minerais, de pesca, madeiras, energéticos, trabalho, agricultura, e até de arte. Isto tem significado, nas últimas décadas, mais guerras, mais empobrecimento das populações e territórios e uma transferência maciça de riqueza para os países ricos do Norte global. Este modelo além de provocar desequilíbrios sociais extremos tem vindo a gerar a degradação irreparável da biodiversidade, a acentuar a emergência de catástrofes naturais e humanitárias,⁵ e, com tudo isso, coloca em risco de desaparecimento muitos modos de vida, conhecimentos e tecnologias que

5. No momento em que escrevemos este texto ocorreram duas tragédias climáticas em Moçambique: o ciclone Idai, que afectou de forma tremenda as províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia no centro de Moçambique, o Malawi e o Zimbabué em 15 de Março de 2019; e o ciclone Kenneth, que afectou tremendamente a província de Cabo Delgado no norte de Moçambique e o sul da Tanzânia, em 25 de Abril de 2019. Estes ciclones foram altamente destrutivos e seguiram-se a um período de chuvas intensas e cheias que já haviam provocado danos irreparáveis nesses países. Mostram como são as populações mais empobrecidas do mundo que são as que estão mais vulneráveis a estes problemas sem, contudo, terem sido elas a contribuir para os desequilíbrios e os danos provocados por um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento e na extracção.

têm mantido a vida de muitas maneiras e nas mais variadas formas. Podemos então afirmar que estamos perante um outro tipo de colonialismo que perpetua aquele que, no século xv, iniciou a expropriação com base na divisão ontológica do mundo. Agora, como dantes, podemos distinguir que de um lado da linha estão as novas metrópoles para onde são canalizadas as riquezas e a acumulação de capital; do outro lado da linha, estão as colónias, fornecedoras de corpos subjugados pelo empobrecimento e pela máxima exploração do seu trabalho. Consideramos, pois, que a economia contemporânea baseada no extractivismo presente no panorama económico, social e político na África austral oriental e, em particular, em Moçambique, são a face concreta de uma linha abissal comandada e controlada por homens de fardas, seja de soldados ou de administradores e que não deixam ninguém, em particular, as mulheres, dormir.

Ora, como temos vindo a defender neste texto, as mulheres não apenas interpretam o seu mundo como pensam sobre ele. Elas entendem as violências a que são sujeitas e prefiguram, com as suas palavras e os seus actos formas de existir e resistir, o que pode ser feito contra elas. Ora, é com elas, que reclamam seguir em relação com os seus maridos, filhos e amigos, que queremos aprender várias coisas. Este é o exercício que nos propomos realizar nesta segunda parte do texto: descolonizar todo o pensamento feminista que não seja profundamente humilde, situado, concreto e produzir efeitos reais na vida das pessoas, ser tanto narrativas dos sofrimentos e das lutas como narrativas de esperanças e possibilidades (Carty e Mohanty, 2015).

Este exercício descolonizador implica uma prática que coloca em tensão dialógica a diversidade de conhecimentos das mulheres e examina a importância, a validade e o significado que cada um deles tem em cada contexto para a resolução de cada um dos problemas encontrados e para os quais é necessário imaginar, produzir, elaborar soluções concretas, adequadas e justas para todas as partes.

Por isso, começamos por identificar alguns dos problemas dialogando com as perspectivas e as palavras de várias mulheres concretas.

Em seguida, a partir das suas experiências e modos de existência, terminamos pondo em realce algumas das suas propostas que não são úteis apenas para si mas, das quais, podemos aprender a dismantelar as linhas abissais que continuam a fazer este mundo desigual e ameaçador, sobretudo para elas em todas as idades.

Reflectindo a partir do nosso lugar de enunciação, que é Moçambique, que se insere na sub-região da SADC (Comunidade para o De-

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

envolvimento da África Austral), propomo-nos analisar algumas das formas concretas desta economia política marcada pela articulação do hétero-patriarcado, o colonialismo e o capitalismo. Num país riquíssimo em culturas, línguas, história, recursos minerais energéticos, fauna, flora, memórias, conhecimentos..., a larga maioria das pessoas é pobre, e demasiadas são miseráveis. Ao mesmo tempo que se observa a construção de cada vez maiores e mais luxuosos condomínios privados para habitação, ou turismo ou hotéis sumptuosos nas cidades, mais pessoas são forçadas a sair dos seus bairros e veem destruídas as suas condições de vida. Catadoras e catadores de restos para comer percorrem as ruas centrais sem que se vislumbrem quaisquer políticas públicas para o bem-estar e redistribuição das riquezas. Apesar de toda a vitalidade social da economia popular com base em pequenas produções e negócios e onde as associações de mulheres são a maioria, vivem-se tempos cada vez mais difíceis e as famílias e as comunidades territoriais debatem-se para subsistir num ambiente político onde a privatização dos recursos públicos fecha o futuro para a maioria das pessoas do país. Apesar do regime ser, formalmente, democrático o medo subsiste e as diferenças de opinião e de estilo de vida são marcas de sofrimento e discriminação que continuam a assombrar os dias e a cidadania no país.

■ **As Cinderelas do nosso Moçambique falam e costumam alternativas de vida**

Primeiro pensamos, identificamos e analisamos os problemas que nos atingem

O conjunto de impactos e problemas gerados pelo capital extractivista é de uma grande complexidade resultando em tragédias pessoais e colectivas de enorme amplitude. As mulheres têm sido duplamente afectadas nas regiões onde estas operações de mineração de larga escala ocorrem. São locais dominados pela mão-de-obra masculina e verifica-se a desconsideração por práticas informais e de menor escala realizadas por mulheres e crianças.

De acordo com algumas pesquisas e a literatura disponível (Siteo, Bila e Velasco, 2017) as evidências mostram que os impactos da economia extractiva na vida de mulheres e raparigas se traduzem nos seguintes problemas apresentados no quadro 1, organizados por nós em seis categorias principais:

QUADRO 1. PROBLEMAS DECORRENTES DOS IMPACTOS DA ECONOMIA EXTRACTIVA NA VIDA DE MULHERES E RAPARIGAS

Terra e acesso à terra	<ul style="list-style-type: none"> • Usurpação de terras e deslocação forçada de populações.
Desigualdade com base no sexo e/ou género	<ul style="list-style-type: none"> • Divórcios, separações e casamentos prematuros. • Violações sexuais, prostituição e propagação do HIV e SIDA. • Mulheres e homens, mas sobretudo mulheres, não envolvidas nas consultas comunitárias e em processos de tomada de decisão. • Pouca participação das mulheres em iniciativas produtivas nas actividades extractivas. • Legislação sobre indústria mineira insensível aos problemas específicos das mulheres.
(In) Sustentabilidades	<ul style="list-style-type: none"> • Comércio dominado por homens. • Responsabilidade social das empresas não respeitada. • Impacto de eventos extremos, por exemplo, seca e tempestades.
Identidades culturais	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de práticas culturais violadoras de direitos humanos das raparigas.
Relações do Estado com a sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Secretismo dos contratos e as dificuldades no acesso à informação. • Legislação não respeitada (Decreto n.º. 31/2012, de 8 de Agosto, e Diploma Ministerial n.º. 156/2014, de 19 de Setembro).
Militarização e conflitos violentos	<ul style="list-style-type: none"> • A progressiva militarização das zonas da indústria mineira.

Fonte: Elaboração própria em base a Siteo, Bila e Velasco (2017).

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

Como mostram estas pesquisas, estes problemas são vividos de forma particularmente intensa pelas mulheres e meninas, uma vez que está a acontecer uma acentuação de uma divisão sexual de trabalho que atribui um papel subalterno às mulheres, e a reinvenção de normas culturais que as impedem de realizar determinadas actividades ou participar na vida económica, como fica demonstrado na seguinte fala:

O comércio é dominado por homens. São eles que vão às cidades de Montepuez ou de Pemba, adquirir produtos para revender no mercado local. As poucas mulheres que se envolvem no negócio vendem sobretudo água para os mineiros artesanais, vulgarmente conhecidos por «garimpeiros». (Velasco, 2017: 11)

A mesma pesquisa, realizada pela equipa do Sekelekani em Namanhumbir, nas minas de rubis distrito de Montepuez, província de Cabo Delgado, revela:

[...] uma localidade pobre do norte de Moçambique, em cinco anos transformada num destino procurado por legiões de cidadãos e cidadãs das mais diferentes nacionalidades e que, perante a circulação de quantias relativamente elevadas de dinheiro «vivo», desestabilizam socialmente a comunidade local, destruindo famílias, provocando divórcios, casamentos prematuros e prostituição, e agravando os níveis de propagação de infeções de transmissão sexual. (Ibídem: 11)

Tendo ficado sem acesso às suas terras, o que coloca em risco a sua segurança e soberania alimentares, algumas mulheres de Namanhumbir veem-se obrigadas a participar em actividades complementares ao garimpo, como a venda de água e a confecção de alimentos. Sabe-se, contudo, que o distrito de Montepuez é das regiões mais férteis de Moçambique. Com uma temperatura moderada, a região tem como actividade principal a agricultura, produzindo milho, feijões, gergelim, tubérculos, mapi-ra e arroz, sendo por isso considerado o celeiro da província. Também possui produção com rendimento mercantil que consiste em algodão e castanha de caju. Este modelo de sustento, que tem as mulheres no seu centro legítimando poderes e autoridade para elas, tem estado sob risco permanente como se pode verificar pelos seguintes depoimentos:

As mulheres de Namanhumbir dizem que não têm acesso a trabalho remunerado na empresa Montepuez Ruby Mining. Elas tinham a

TERRITÓRIOS EM CONFLITO

esperança de melhorarem as suas vidas com a oportunidade de emprego, propalado durante as consultas comunitárias. A maioria das mulheres até agora contratadas pela MRM são oriundas de Nampula e de Montepuez e estão maioritariamente afectas a trabalhos de cozinha, primeiros socorros e serviços de segurança. (Ibídem: 13)

Mulheres e homens veem-se desapossados da sua terra e deslocados para locais com terras geralmente inférteis, onde falta água, transporte, mercado, levando à separação das famílias, reforçando a solidão feminina, o aumento das obrigações familiares assumidas por elas e permitindo que a violência exercida sobre as mulheres se torne cada vez mais impune (Osório e Silva, 2017: 153-160).

Além de todas as tragédias que se abatem sobre elas, existe uma característica que a actual situação criada pela capital extractivista e as suas indústrias a que devemos dar uma especial atenção: a militarização crescente dos territórios e o policiamento agressivo. Isto significa, entre outras coisas, a presença de militares e de uma cultura de resolução de conflitos baseada na violência a qual resulta em permanentes ameaças, o medo, a impossibilidade de falar, de denunciar, sob pena de se ser considerada/o contra o desenvolvimento, inimigo do governo, ou até terrorista. Como se pode entender nos excertos seguintes, este é um assunto de enorme importância:

As mulheres de Olinda, uma pequena ilha do Posto Administrativo de Mucupia, Distrito de Inhassunge, Província da Zambézia, vivem aterrorizadas, devido a um clima de intimidação e perseguição, instalado na Ilha, desde que foi para ali fixada, em condições permanentes, um destacamento da Unidade de Intervenção Rápida (UIR). No passado mês de Julho a polícia disparou contra populares indefesos, causando um morto e vários feridos, além da detenção de outros, incluindo o líder da aldeia. Os camponeses manifestavam-se pacificamente, protestando contra o plano do governo de os retirar das suas terras, entretanto concessionadas a uma empresa chinesa, que pretende explorar, ali, areias pesadas. [...] Dizem para irmos a Cherrimane: lá a terra nem chega para os nativos, que fazem machambas cá, na nossa ilha. (Velasco, 2018 : 3)

O mesmo clima de intimidação é revelado pelos depoimentos sobre o modo como os processos de consulta têm sido, ou não, conduzidos junto das populações. As consultas comunitárias, obrigatórias de acordo com a lei, não se realizam a maior parte das vezes levando as comunida-

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

des a sentirem-se abandonadas e hostilizadas pelo próprio Estado, que aparece em defesa das empresas investidoras sem acautelar os direitos e a vida das/os suas/eus cidadãs/ãos:

Segundo relatos da comunidade, jamais houve consulta comunitária; há apenas uma imposição, para a população sair de Olinda. Depois do incidente ocorrido em que a polícia abriu fogo contra a população, representantes do governo e da empresa chinesa voltaram à Ilha, com pretexto de fazerem consulta à comunidade. «Só depois da Polícia nos bater é que o governo pretendeu consultar-nos», dizem residentes de Olinda. Nesse encontro o governo questionou quais eram os problemas que a comunidade tinha e o que é que a população queria ver resolvido. Mas nesse encontro ninguém da comunidade falou ou comentou qualquer coisa. Todos ficamos calados. Por fim a comunidade abandonou a reunião, conta a entrevistada que acrescentou: «Nós estamos muito tristes com o que estamos a viver aqui em Olinda. As decisões já estão tomadas de cima. Às vezes nem as administrações sabem. O acordo entre o governo e a Vale é no âmbito militar ou de exploração mineira? Como comunidade não podemos reagir, sempre há uma força que nos amedronta, que põe-nos a limitar». (Velasco, 2018 : 6).

Nos poucos encontros realizados pelas autoridades distritais ou de localidade com as comunidades afectadas por algum projecto, o que normalmente é dito às populações por responsável pelo Governo⁶ é que, «vão ter escola, posto de saúde, trabalho». Ou então «Vão ser mais ricos, vão criar barrigas grandes» tal foi dito por um cidadão da aldeia de Quitupo, Milamba 1, distrito de Palma, província de cabo Delgado que participa no Primeiro Congresso de Comunidades Reassentadas e Afectadas pela Indústria Extractiva que teve em Maputo em 13 e 14 de Janeiro de 2019. A criação de expectativas de bem-estar aumenta ainda mais o sentimento de impotência perante a impunidade de promessas não cumpridas e da violência com que os processos são acompanhados.

Destacamos três questões que a nosso ver sobressaem da nossa análise. A primeira é a evidência dos impactos negativos na vida das pessoas e dos territórios onde as actividades extractivas, sob este modelo intensivo e de acumulação capitalista, estão a acontecer. As consequências identificadas mostram que ao invés do aumento do bem-estar, das «barrigas grandes» e do acesso à educação e à saúde, o empobrecimento cresce, a vulnerabilidade não para de se avolumar e as promessas de

6. Secretária Permanente de Cabo Delgado, Lina Portugal.

soberania popular trazidas com a independência política em 1975 são todos os dias postas em causa. Por outras palavras, a linha abissal colonial parece, não apenas estar de volta, mas a tornar-se cada vez mais evidente e violenta.

A segunda tem que ver com a situação especial vivida pelas mulheres e raparigas. Percebemos que o androcentrismo desta racionalidade capitalista tem trazido para elas, de todas as idades, muitos problemas novos e reforçando outros que pareciam ser velhos ou ultrapassáveis. Estamos perante o reforço de práticas danosas para os corpos e a as subjectividades das mulheres, o reforço da sua subalternidade, a impunidade da violência sofrida. Os seus trabalhos e responsabilidades são relegados para uma existência subsidiária e sem dignidade transformando-os em relações de exploração intensiva tanto no âmbito das famílias e comunidades como no âmbito do emprego. A desarticulação activada pelo antropocentrismo presente neste modelo extractivista coloca mais em evidência, a segmentação entre a economia e a vida que reduz o lugar e as funções das mulheres nas suas sociedades a obrigações sem fim e sem qualquer usufruto de benefícios ou bem-estar. São manifestações concretas da força destrutiva de um hétero-patriarcado que está no coração do capitalismo extractivista.

A terceira é a extrema violência envolvida em todos os processos. Trata-se de violência militar e policial na resolução de conflitos; a violência contra os corpos das mulheres na crescente mercadorização dos seus corpos para poder sobreviver; é a violência do abandono; a violência institucional do não cumprimento das normas e da legislação e a impunidade que lhe está associada; é a violência sobre as subjectividades retirando-lhes as memórias e a auto-estima através da destruição dos seus territórios e das suas capacidades de representar o mundo como seu. A «violência» e a «agressão» são os outros nomes desta racionalidade capitalista que informa a presente economia política global cujo rosto se revela em Moçambique. É importante perceber que esta realidade revela, a contradição entre capital e vida ou, nos termos feministas por nós utilizados, o androcentrismo da racionalidade política-económica extractivista contemporânea que favorece e alimenta masculinidades violentas e autocratas entre perpetradores e vítimas.

Consideramos estar em condições de afirmar que as mulheres e as meninas em Moçambique têm vindo a ser, recorrentemente, vitimizadas tanto pelos impactos da economia política global quanto pela ausência progressiva de políticas públicas estatais de protecção e de se-

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

gurança social. No nosso entendimento, pode-se mesmo dizer que as mulheres moçambicanas, como também muitos homens, têm vindo a sofrer um processo de objectificação como se fossem também elas e eles, recursos naturais a serem explorados sem fim, através do seu trabalho, do abuso e de novas e velhas formas de despojo da sua humanidade e riquezas. As mulheres e as meninas são violentadas de formas específicas e costumam ser lançadas na informalidade e na pobreza como uma massa (sub)humana indiscernível e sujeita a todos os tipos de violências e (Kabeer, 2008; Wilska, 2008; Osório e Silva, 2017, 2018). Apesar deste contexto extremamente hostil e de todas as dificuldades, as mulheres e as meninas moçambicanas têm vindo a construir reflexões e alternativas que garantem, de alguma maneira, a sua dignidade humana e um futuro para si e para as suas filhas e filhos (Cunha, 2014, 2015, 2018; Casimiro, 2014a, 2014b, 2015; Casimiro e Trindade, 2019).

■ **As Cinderelas quebrando os apertados sapatinhos de cristal**

Estamos convencidas que a realidade é muito complexa e que a todas as opressões corresponde uma resistência. Argumentamos que apesar de todas as vitimizações, as mulheres não sofrem paralisadas e absolutamente mudas. Aprendemos com as mulheres que não há opressão que não implique resistência.

Aprendemos também com a hermenêutica feminista das epistemologias do Sul, que os conhecimentos das mulheres, nascidos nas suas experiências de sofrimento, são modos de resistência, mas também de existência, que procuram alternativas à violência, à expropriação e ao luto. Argumentamos que não existem vítimas, mas pessoas que são vitimizadas; não há silêncios mas silenciamentos. Como afirmamos no título e na nossa introdução as Cinderelas falam e sabem ao que vêm; querem falar e dizer o que lhes parece ser necessário. Falam e gritam se isso for preciso não apenas para denunciar, mas também para construir subjectividades diferentes e positivas; capacidades pessoais e colectivas; espaços de libertação e felicidade sem esquecer nem camuflar os perigos e as faltas de tudo nas suas vidas. É a isso que nos dedicamos nesta secção ao longo da qual queremos mostrar resistências, mas também a emergência de alternativas. Não são alternativas completas, talvez. São sinais, são soluções incompletas, mas persistentes; são ações de cuidado consigo, com a sua terra e com as pessoas que fazem parte do seu modo de produzir dignidade, respeito e felicidade.

Para tal utilizaremos diversas fontes de informação que têm estado a circular tanto entre a comunidade científica como entre movimentos sociais, imprensa e redes sociais. A costura destas resistências necessita de uma racionalidade que não desperdiça experiências e que as coloca em diálogos virtuosos que permitam restaurar a esperança como categoria epistemológica.

Organizações, redes e associações

As mulheres e as raparigas resistem das mais diversas formas contra as ameaças às suas terras, aos meios de vida, contra os seus corpos e a vida comunitária, costurando perspectivas de vida diferentes. As suas lutas são muitas das vezes ignoradas e não documentadas tanto por pesquisadores, como jornalistas, num contexto de modelo dominante de capitalismo hétero-patriarcal e colonialista. Os desafios são muitos e variados, desde a dominação de organizações de mulheres filiadas a partidos políticos, a despolitização das lutas através de discursos e estratégias de género esvaziadas do seu conteúdo transformador de luta por uma vida alternativa, a criminalização crescente de organizações feministas que levantam as vozes contra os desmandos e clamando por mudanças sistémicas globais⁷.

Membros de organizações em Moçambique, nomeadamente as que estão filiadas ao Fórum Mulher, têm participado desde o ano 2000 em encontros nacionais, regionais e internacionais sobre a indústria extractiva e o seu impacto para os países, com particular ênfase no impacto sobre as mulheres e raparigas. Estes encontros regionais têm sido fontes importantes de troca de informação, aprendizagem, alerta sobre o que acontece nos países, e fortalecimento da resistência das organizações de mulheres, por forma a se organizarem e pressionarem os seus governos a cumprir a legislação e a integrar a perspectiva de género e de direitos humanos das mulheres na indústria extractiva a partir de uma visão africana com vista a:

Influenciar ao nível mais alto, para que o tema da indústria extractiva e seu impacto nas mulheres seja tomado a nível global, por exemplo no âmbito da comemoração do dia 8 de Março, como forma de fortalecer a consciência global para o problema e responsabilizar para tomada de acção pelos governos. (Samo, 2013).

7. Ver <<http://womin.org.za/who-we-are/what-is-womin.html>>.

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

A participação de organizações da sociedade civil moçambicanas em redes regionais, a realização de pesquisa conjunta sobre a economia extractiva e os seus efeitos nas vidas de mulheres e homens, as actividades de advocacia e de campanha para reformas que conduzam a mudanças estruturais de longo termo, e os vários modelos de alianças no continente e no mundo, têm constituído formas de resistência, de solidariedade e de construção de uma visão alternativa ecológica africana pós-extractivista. Estas alianças têm permitido unir esforços contra o conceito de desenvolvimento extractivista num contexto de um colonialismo insidioso e dum fascismo disfarçado através dos programas de ajustamento estrutural.

A rede WoMIn,⁸ criada em 2013, é uma rede regional africana caracterizada por um programa de activismo e pesquisa sobre mulheres, género e extractivismo na África ao Sul do Sahara. Inicialmente hospedada na Aliança Internacional dos Recursos Naturais em África (IANRA, International Alliance on Natural Resources in Africa), é constituída por rede com 29 organizações, 28 em África e 1 na Europa, e 10 redes nacionais da IANRA no continente africano, todas trabalhando sobre questões de recursos naturais.

A WoMIn é, desde Janeiro de 2016, uma rede independente, registada como um *trust* na África do Sul, e trabalha em aliança com dezenas de organizações em 14 países na África austral, oriental e ocidental, e ao nível regional e internacional, através da pesquisa, intercâmbios de aprendizagem, campanhas, educação política e projectos específicos. Moçambique, através de uma representante da União Nacional de Camponeses (UNAC), é membro dos seus órgãos sociais.

Realizou-se no segundo semestre de 2018 uma pesquisa orientada pela WoMIn e Justiça Ambiental (JA), uma organização moçambicana, sobre a violência contra as mulheres nas zonas de extração mineira em Moçambique, propondo-se:

Mapear as conexões entre o extrativismo, a segurança ou militarização nas zonas mineiras, e a violência contra as mulheres, através de uma

8. A rede WoMIn (African Women Unite Against Destructive Resource Extraction), criada em Outubro de 2013, é uma aliança focada em género e extractivismo. Trabalha em conjunto com movimentos nacionais e regionais e organizações populares de mulheres, comunidades afetadas pela mineração e campesinato, e em colaboração com outras organizações que são solidárias com a sua situação (<http://womin.org.za/index.php/who-we-are>).

revisão de literatura e documentação disponível, bem como entrevistas com pessoas-chave que possam ter algum conhecimento sobre o assunto⁹.

Organizar-se para não ficarmos sozinhas e divididas: vozes e propostas

Na aldeia que Quitupo, durante uma reunião com o administrador e a secretária permanente do Governo Provincial de Cabo Delgado, em 10 de Agosto de 2013, a população inviabilizou o encontro apupando os representantes do governo e abandonando-os no local do encontro conforme o relato a seguir:¹⁰

Neste encontro, uma equipa da multinacional petrolífera Anadarko, acompanhada pelos dois oficiais do Governo, deu a conhecer às comunidades locais, num só «golpe», o seguinte: 1) um DUAT, recaindo sobre as suas terras, havia sido emitido a favor da Anadarko AMII e da ENH Logistics; e que, em consequência, 2) as pessoas iriam ser dali removidas e reassentadas numa outra região. Sem mais! Recebendo esta informação sem praticamente qualquer processo preparatório e informativo, as populações pediram explicações e, não as recebendo, abandonaram o local e os representantes das autoridades.

Este episódio serve-nos para ilustrar que o ambiente de resistência e de contraponto à situação vivida e imposta tem vozes e estratégias próprias que devem conseguir a nossa atenção para podermos compreender melhor, como no terreno, as coisas estão a acontecer e a desenvolver-se. No nosso caso, queremos privilegiar as vozes e as propostas que se sobrepõem de uma das actividades de pesquisa-acção levadas a cabo no âmbito do projecto «Territórios em Conflito: Investigação, formação e acção para o fortalecimento de capacidades e a construção de alternativas de vida». Em estreita colaboração com o Departamento de Ética, Cidadania e Desenvolvimento, da Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Católica de Moçambique em Pemba, capital da província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, a nossa equipa organizou um encontro no dia 6 de Fevereiro de 2019 que teve como lema «Visões, perspectivas e iniciativas sobre o desenvolvimento humano local em Cabo Delgado». Dadas as circunstâncias muito difíceis que

9. De acordo com Áurea Mouzinho em troca de correspondência electrónica com a autora Isabel Casimiro.

10. Ver <http://www.sekelekani.org.mz/docs/Industria_Extrativa.pdf>.

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

se vivem na província desde Outubro de 2017¹¹, com ataques sucessivos a populações e aldeias, a militarização e o clima de medo, a decisão tomada foi de fazer convergir para a capital, lideranças dos distritos que pudessem participar, em condições de segurança, num seminário de formação e informação. O seminário foi pensado e preparado para funcionar como um espaço seguro de aprendizagens mútuas e diálogos entre conhecimentos e perspectivas. O seu propósito foi consolidar um processo já iniciado com diferentes actoras/es, académicas/os, activistas, líderes comunitárias/os, e dar um novo passo para a constituição de uma rede de reflexão sobre os principais problemas que afectam a província de Cabo Delgado e a construção de alternativas locais.

O seminário teve como objectivos debater e analisar com as populações afectadas os principais conflitos sociais, políticos, económicos, ecológicos e culturais da província de Cabo Delgado, e gerar informação e conhecimentos susceptíveis de apoiar as experiências de resistência e alternativas. Nesse sentido, procurando superar as diferentes visões e interesses, tentou-se identificar as preocupações comuns, divulgar a riqueza das iniciativas existentes, partilhar visões, abordagens e sugestões.

Na primeira parte do seminário foram identificados os principais problemas e desafios económicos, sociais, ambientais e culturais, bem como as principais experiências de resistência ao actual modelo extractivista-desenvolvimentista, ou seja, as diferentes iniciativas que estão a decorrer para oferecer propostas alternativas, a partir da preocupação com a inclusão e a justiça social. Na segunda parte do seminário, tentou-se sintetizar e analisar o alcance dessas mesmas iniciativas. A metodologia do seminário constou de sessões plenárias e de trabalho em grupos. Os três grupos de trabalho constituídos debruçaram-se sobre as seguintes temáticas: 1) Acesso à terra, grandes infra-estruturas e ambiente; 2) Exclusão e desigualdades sociais; 3) Governação e espaços de participação (velhos e novos processos colectivos alternativos). Em cada grupo procedeu-se a três níveis de análise: a) mapeamento de problemas e desafios; b) mapeamento de iniciativas alternativas; e c) elaboração de uma síntese para partilhar em sessão plenária.

11. Sobre os ataques que ocorrem em Cabo Delgado desde finais de 2017 há uma extensa literatura disponível, tanto científica quanto jornalística, e também veiculada em relatórios de organizações da sociedade civil. Como não é objecto deste capítulo, não aprofundaremos esta questão, mas queremos assinalá-la, assim como a sua importância para uma análise mais profunda e complexa da situação no país e na região.

TERRITÓRIOS EM CONFLITO

Apresentamos no quadro 2 uma sistematização dos problemas e desafios e iniciativas e resultados segundo a análise partilhada pelas/os participantes no seminário. Antes de prosseguir, é necessário fazer notar que o quadro que se apresenta não pretende associar simetricamente os problemas e desafios identificados com as iniciativas de resistência e resultados delas. O quadro tem apenas a pretensão de ser um instrumento de leitura e de análise dos diálogos acontecidos em Cabo Delgado. O quadro não são as vozes das pessoas nem temos a pretensão que sejam. Ele é um instrumento que medeia a co-presença de activistas, professoras/es, camponesas/es, lideranças locais, artistas, jornalistas e cientistas sociais na construção de um conhecimento partilhado que nos servirá de lição e de aprendizagem para pensar as alternativas feministas de vida em territórios em conflito.

QUADRO 2. SEMINÁRIO SOBRE PROBLEMAS, DESAFIOS E INICIATIVAS COLECTIVAS EM CABO DELGADO

Acesso à terra, grandes infra-estruturas e ambiente	
Problemas e desafios	Iniciativas e resultados
Falta de higiene e limpeza em Pemba.	Reivindicação pública dos direitos das comunidades que recebem populações deslocadas sobre redistribuição de terras e acesso a outros recursos.
	Fórum Urbano Permanente (PLATIP).
Exclusão e desigualdades sociais	
Problemas e desafios	Iniciativas e resultados
Exclusão social; falta de oportunidades de emprego e habitação.	(continua)
Não recrutamento local para os empregos disponíveis.	
Falta de oportunidade de emprego para jovens formados.	
Questões étnicas e tribalismo sobre os imigrantes.	
Submissão das mulheres aos seus maridos nas famílias e analfabetismo.	

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

Falta de poder de decisão da parte das raparigas.	(continua)
Aumento dos casamentos forçados e na adolescência.	
Desistências escolares por causa de casamentos prematuros.	
Assédio sexual nas escolas e famílias.	
Corrupção dos professores e assédio sexual.	
Governança e espaços de participação	
Problemas e desafios	Iniciativas e resultados
Corrupção; falta de honestidade.	Empoderamento das comunidades a nível das consultas comunitárias.
Falta de transparência; poucas iniciativas de monitoria da governação.	Formação de paralegais e sua actividade em todos os distritos (Centro Terra Viva, CTV).
Desconfiança e falta de espaços para a participação das e dos cidadãos.	Utilização das rádios comunitárias locais.
Mecanismos inacessíveis de prestação de contas.	Divulgação e formação das populações sobre a Lei de Terras e Lei do Reassentamento, Lei do Ambiente, Lei sobre Minas, Lei da Floresta e Fauna Bravia, direitos e deveres dos deslocados, e direito de informação (Fórum Terra, União Provincial de Camponeses).
Manipulação das pessoas.	Divulgação das leis de reassentamento às comunidades abrangidas.
Não aplicação das leis.	Cursos de curta duração em matéria de direitos humanos e deontologia profissional (Centro de Pesquisa e Observatório Social).
Assimetria de informação entre governantes e munícipes.	Capacitação sobre lideranças femininas e advocacia horizontal baseada em evidências.

TERRITÓRIOS EM CONFLITO

Falta de inclusão das comunidades e das lideranças locais nas consultas comunitárias.	Criação do Conselho de Líderes; Assembleia anual de prestação de contas aos membros e planificação (União Provincial de Camponeses, plataformas comuns de debates entre Organizações da Sociedade Civil, Programas de Observatório Municipal e Programas de Orçamento Participativo [SAMCOM]).
	Debates públicos (Fórum Terraço Aberto).
	Manifestações pacíficas de reivindicação sobre o respeito devido às comunidades.
	Criação de espaços de diálogo entre a sociedade civil, o Governo e os munícipes.
	Planos de fortalecimento de associações locais.
	Actividades do Governo auditadas por um comité independente.
	Cidadãs/ãos mais informadas/os e comprometidas/os com o bem comunitário.
	Torneio inter-bairro de jogos tradicionais.
	Legalização da associação Arte Macua.
Educação	
Problemas e desafios	Iniciativas e resultados
Absentismo das/os professoras/es.	Sensibilização para adesão à Alfabetização e Educação de Adultos (AEA) e providência de material escolar.
Baixa qualidade de ensino.	Educação cívica para a participação dos cidadãos na política (Comissão Diocesana de Justiça e Paz).
Questões sobre a réplica das formações a vários níveis.	

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

Religião e costumes	
Problemas e desafios	Iniciativas e resultados
Os ritos de iniciação estão muito fortes e os custos são elevados.	
Confusão de identidade religiosa.	
Violência	
Problemas e desafios	Iniciativas e resultados
Violência no geral.	Denúncia de casos sobre violação das comunidades que paulatinamente vão quebrando o silêncio com denúncias, reivindicações e participação na democracia. Existe uma linha verde para denúncia afixada em quase todos sectores.
Violência relacionada à prostituição e exploração sexual nas zonas de exploração mineira.	Manifestações pacíficas de reivindicação sobre o respeito devido às comunidades.
Violência contra os homens por não comprarem capulanas que representem datas festivas, sobretudo o 7 de Abril.	
Saúde	
Problemas e desafios	Iniciativas e resultados
Roubo de medicamentos no hospital provincial de Pemba.	
Mau atendimento dos doentes no hospital provincial de Pemba.	
Falta de postos de saúde em Cabo Delgado.	

Fonte: **Elaboração própria a partir do informe sobre o seminário preparado por Vasco Coelho.**

Voltamos à nossa proposta teórica para olhar, pensar e analisar este quadro para ensaiar conhecimentos que contrariam a violência epistémica de uma ciência encerrada na sua indolência e arrogância. Com a breve análise que se segue, pretendemos possibilitar aprendizagens pluritópicas, que não separam a vida da economia nem a emancipação

individual da colectiva. Pretendemos colocar em evidência a reciprocidade, não simétrica, entre todas e todos que construímos e aprendemos com estes diálogos nos quais as vozes, iniciativas e conhecimentos das mulheres são cruciais. Queremos, apesar de uma forma tão incompleta como é a escrita de um texto, retomar aqui o horizonte cognitivo onde emergem narrativas que nos seus próprios termos nos revelam a abundância cognitiva, social e imaginativa do mundo. As notas analíticas que se seguem são, pois, um exercício de ecologia de saberes onde as subjectividades feministas, que assumimos ser, são parte integral mas não normativa nem prescritiva.

No nosso entendimento, uma primeira leitura do quadro levamos a constatar as enormes dificuldades que se estão a viver em Cabo Delgado. Em cerca de uma década, a vida em Cabo Delgado transformou-se de forma radical para a maioria das pessoas. A presença das corporações estrangeiras e as suas actividades extractivas, a chegada de muitas pessoas de fora, *os «vientes»*, como são chamadas e, mais recentemente, a violência extrema a que têm estado sujeitas as populações têm estado a causar um estupor, uma condição de vulnerabilidade que se agrava todos os dias criando um sentimento de insegurança e também de alguma perplexidade entre a população. A quantidade de problemas e de áreas onde esses problemas se manifestam é tal que pensamos estar em presença de uma situação percebida e vivida pelas pessoas como sendo de alta perigosidade e complexidade atingindo quase todas as esferas da vida pessoal e comunitária. Ao realizar um esforço comparativo com o quadro apresentado anteriormente, e que resulta de pesquisas constantes na literatura disponível, o que se destaca de imediato é a maior extensão e proliferação dos problemas identificados. Apesar disso, há uma ausência notória que nos deve fazer reflectir: não foram indicadas questões relacionadas com o acesso à terra ou a falta dele. Esta ausência pode significar várias coisas das quais ressaltamos três. A primeira é que esta pesquisa participada precisa de ser aprofundada para perceber melhor o que se passa a este respeito; a segunda pode relacionar-se com o facto de as pessoas, estando muito pressionadas pela violência social, institucional, política e económica vivida na província tendem a considerá-la a sua principal preocupação; terceiro, o nível de violência e de intimidação relacionado com o acesso à terra é de tal ordem que as pessoas se inibem de falar sobre ela. Em qualquer caso, sejam estas hipóteses viáveis de explicação isto carece, seguramente de mais investigação e diálogo em ambientes seguros para todas e todos.

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

A nosso ver, este quadro revela também que há uma certa desarticulação entre os problemas identificados e as iniciativas e respostas que estão a ter lugar no território. Por exemplo, se atentarmos às desigualdades sociais e exclusão, parece não ter sido identificada uma única acção capaz de contrariar ou inverter essa situação de forma prática e concreta. As expectativas são postas sobretudo na eficácia de uma boa governação e na educação como meios para a transformação do presente estado de coisas. É interessante notar como existem nestes diálogos uma crença forte de que a Lei, o Estado, a Escola..., ou seja, essas instituições, são centrais para a resolução pacífica e positiva dos problemas que lhes afligem. Isto faz-nos pensar que tanto as funções sociais e de regulação do Estado nacional devem fazer parte das nossas preocupações ao imaginar alternativas de vida e de emancipação. Apesar da evidência do pluralismo jurídico presente em Moçambique, assim como regimes de governo altamente imbricados em costumes e outras práticas culturalmente contextualizadas, não deixa de ser interessante que isso parece não impedir o desejo pela coexistência e o reforço mútuo das instituições que garantam a paz, a segurança e a justiça social e sexual.

Ainda a este respeito é notável o nível de percepção e detalhe que a análise das pessoas revela sobre as violências a que as mulheres e meninas estão sujeitas e que são de várias ordens, como: a prostituição, os casamentos, o analfabetismo imposto, o assédio, a ausência de poder para participar e decidir. Trata-se de um catálogo quase completo de violências físicas, estruturais e culturais que são trazidas para a discussão. Isto revela, pois que existe uma consciência colectiva sobre a extensão e a intensidade do problema e uma preocupação real com a situação e os seus efeitos tantos para elas quanto para as comunidades. Porém, verificamos que de entre as iniciativas identificadas não nenhuma que se relacione directamente com estas questões. Podemos pensar que nas diversas actividades de formação que se fazem, nos espaços ou instrumentos de denúncia a violência contra as mulheres e meninas constitua um dos temas tratados mas nada é dito expressamente que se refira a formas de protecção concreta delas ou de transformação cultural. Isso, no nosso entendimento, revela, tal como para a questão da terra, a enorme sensibilidade que esta questão envolve e a sua profundidade social tornando-a quase numa entidade intocável. Reconhece-se o problema mas as respostas além de difíceis precisariam de desmontar as muitas premissas que naturalizam a inferioridade ontológica das mulheres. Para isso, parece que a sociedade ainda não está preparada.

Temos consciência de que trabalhamos aqui com hipótese que necessitam de maior pesquisa, mais diálogos, mais trocas de conhecimentos e de ideias. Porém, queremos terminar esta breve análise com aquela que é, para nós a hipótese central: a ausência de respostas e de acções para o acesso à terra e contra a violência contra as mulheres mostra a sua real importância como matérias de fundo para pensar e elaborar as alternativas colectivas e feministas de vida. Relembramos aqui duas ideias que explicitamos atrás através da nossa hermenêutica feminista das epistemologias do Sul. A primeira tem que ver com o carácter androcêntrico da racionalidade moderna ocidental que desvaloriza e submete as mulheres, os seus corpos e trabalhos à ideia de uma certa masculinidade como medida de todas as coisas. A este respeito parece-nos importante introduzir um elemento de precaução analítica. Apesar de muitas das violências contra as mulheres e as meninas apontadas em Moçambique serem interpretadas por várias feministas como sendo radicadas nos costumes locais, é importante nunca esquecer que a cultura e os costumes são vibrantes, dinâmicos e são uma permanentemente reinventados. Como tal, aquilo que se designa como tradição ou cultura resulta em grande medida da exposição permanente a todo o tipo de influências e contextos. Assim, não é indiferente pensar que séculos de colonialismo e de violência sexual, social epistémica trazida e imposta por ele não tem tido um papel activo, tanto ontem como hoje, na reconfiguração do que é apresentado como genuíno e tradicional. Com isto queremos argumentar que temos motivos sérios para pensar que essas violências contra as mulheres e meninas assim como essa relação problemática com a terra tem ainda muito de colonial nem está extirpada das contradições trazidas pela racionalidade ocidental que a conforma.

A segunda ideia é que, apesar de activamente presentes nas sociedades, agindo, pensando e quebrando os apertados sapatinhos de cristal, as Cinderelas do nosso Moçambique continuam a ter que se esforçar mais do que todos os homens e rapazes, para se fazerem ouvir, compreender e trazer para as lutas e processos colectivos os termos em que querem ver as vidas livres de coação e violência. É um caminho que continua a ter que se fazer juntas, insistindo pedagogicamente e intensamente sobre a impossibilidade de encontrar alternativas de vida que não sejam profundamente feministas mesmo que esse não seja o seu nome nem a forma como elas haverão de enunciar e realizar.

Para concluir uma última nota. Face aos desafios identificados em Cabo Delgado mulheres, raparigas e homens afirmaram que apesar da

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

vitimização permanente e persistente continuam a resistir e a construir alternativa de vidas. Elas sublinharam que uma das chaves das suas resistências e alternativas está na organização para «não ficarem sozinhas e divididas», segundo as suas próprias palavras. Isto, segundo elas, é a sua forma de contrariar as «estratégias divisionistas do Governo e das empresas», e fazem-nos reinventando novas formas de associação/união entre mulheres e homens pela terra e pelos seus meios e modos de vida. É primordial, então, entender a importância do trabalho em redes locais, regionais e nacionais que organiza e fortalece as alternativas e as resistências como são: a rede nacional CCIE (Coligação Cívica sobre a Indústria Extractiva), composta por: Centro Terra Viva, o Conselho Cristão de Moçambique, Sekelekani, Juventude, Desenvolvimento, Advocacia Ambiental e Kuwuka, e a rede regional africana WoMin atrás já referida. Desta forma, foi relevado que a CCIE tem possibilitado a divulgação do que se passa na província a nível internacional, mobilizando solidariedades internacionais.

CONCLUSÃO

A pesquisa empreendida permitiu-nos entender, a partir das narrativas e práticas quotidianas, as causas dos sofrimentos vividos no quotidiano por mulheres, meninas e homens, mas também constatar as diversas formas que as resistências assumem nos variados espaços de exploração extractivista, reveladoras de emergências libertadoras e emancipatórias. Apesar das violências que caracterizam a exploração de recursos, das deslocações, do desrespeito pelos direitos humanos consagrados constitucionalmente, da solidão experienciada pelas mulheres, da violência contra os seus corpos, da corrupção e do agravamento das condições de vida das pessoas afectadas, há hoje maior conhecimento e partilha de informação entre as e os actoras/es envolvidas/os, maior exigência de transparência nos contratos e na sua aplicação.

Os resultados podem parecer parcos perante a complexidade e a grandeza dos problemas, mas uma atenção epistemológica redobrada permite-nos compreender como as linhas abissais criadas e alimentadas pelo extractivismo estão persistentemente a ser violadas e empurradas por mulheres e homens sob condições de grande perigo e hostilidade. Isso traduz a força e sabedoria que não pode ser nem invisibilizada nem desrespeitada pelas nossas análises e ações de cooperação solidária. Fica demonstrado, ainda, a importância dos laços, de racionalidades que se

envolvem em mútuas obrigações e no reconhecimento de que a humanidade de cada pessoa só é possível pelo reconhecimento da humanidade de todas e todos. E, por fim, queremos destacar, que não existe emancipação individual sem emancipação colectiva. Uma hermenêutica feminista dos saberes e as suas ecologias de conhecimentos são capazes de fazer emergir os diálogos e as redes de acção e alternativas de vida deste Sul não-imperial do Sul nas margens do oceano Índico.

BIBLIOGRAFIA

- AMADIUME, Ifi (1998): *Male Daughters, Female Husbands: Gender and Sex in African Society*, Londres/Nova Iorque, Zed Books.
- ANNAN-YAO, Elizabeth (ed.) (2004): *Gender, Economies and Entitlements in Africa*, Dakar, CODESRIA.
- ASF (AVOCATS SANS FRONTIÈRES) (2019): *Impacto dos conflitos armados na vida das mulheres e raparigas em Moçambique*, Maputo, ASF Canada.
- BANCO MUNDIAL (2014): *Mozambique Economic Update*, Maputo, Banco Mundial.
- BIDASECA, Karina, e Vanesa VÁZQUEZ LABA (comps.) (2011): *Feminismos y poscolonialidad. Descolonizando el feminismo desde y en América Latina*, Buenos Aires, Godot.
- BOFF, Leonardo (1999): *Saber cuidar. Ética do mundo. Compaixão pela terra*, Petrópolis (RJ), Vozes.
- BUTLER, Judith (2004): *Precarious Life. The Powers of Mourning and Violence*, Londres/Nova Iorque, Verso.
- (2008): «Sexual Politics, Torture, and Secular Time», *British Journal of Sociology*, 59 (1), 1-23.
- CARTY, Linda, e Chandra Talpade MOHANTY (2015): «Mapping Transnational Feminist Engagements: Neoliberalism and the Politics of Solidarity», em Rawwida BAKSH e Wendy HARCOURT (eds.): *The Oxford Handbook of Transnational Feminist Movements*, Oxford, Oxford University Press, 82-115.

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

- CASIMIRO, Isabel (2014a): «A nova situação sócio-económica no norte de Moçambique e o seu impacto sobre as desigualdades das mulheres», em Jokin ALBERDI y Eduardo BIDAURRATZAGA (coords.): *Desarrollo Humano Local em Mozambique*, Bilbao, Hegoa (UPV/EHU), 57-74.
- (2014b): *Paz na Terra, Guerra em Casa?: Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique*, Recife, UFPE.
 - (2015): «Movimentos Sociais e Movimentos de Mulheres em Moçambique», em Teresa CRUZ E SILVA e Isabel CASIMIRO (orgs.): *A Ciência ao Serviço do Desenvolvimento? Experiências de Países Africanos Falantes de Língua Oficial Portuguesa*, parte 1, Dakar, CODESRIA, 51-66.
 - (2018a): «Género e Indústria Extractiva». Comunicação apresentada no Foro de SADC-Parliamentary e OXFAM International «Enhancing Parliamentary and Governmental Mineral Resource Policy and Implementation», Maputo, 18 de julho de 2018.
 - (2018b): «Relatório da investigação sobre o PROGRAMA AGRI MULHERES», em *Programa para o Aumento dos Rendimentos gerados e geridos pelas Mulheres Camponesas - 2017-2021MOZDG 167*, Maputo, WLSA Moçambique.
 - e Ximena ANDRADE (2009): «Critical Feminism in Mozambique. Situated in the Context of our Experiences as Women, Academics and Activists», em Akosua Adomako AMPOFO e Signa ARNFRED (eds.): *African Feminist Politics of Knowledge. Tensions, Challenges, Possibilities*, s. 1., Nordic Africa Institute, 137-156.
 - e Amélia de SOUTO (2010): *Empoderamento económico da mulher, movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local*, Maputo, Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane.
 - e Catarina TRINDADE (2019): «Mozambican Feminisms, Between the Local and the Global», em Ashwini TAMBE y Millie THAYER (eds.), *Transnational Feminist Itineraries*, Duke University Press, 309-344 (no prelo).

CCIE (COLIGAÇÃO CÍVICA SOBRE INDÚSTRIA EXTRACTIVA)

(2018): «Coligação Cívica sobre Indústria Extractiva trabalha em Namanhumbir», 06/07/18. Disponível em <http://www.civilinfo.org.mz/coligacao-civica-sobre-industria-extractiva-trabalha-em-namanhumbir/?utm_source=CIVILINFO&utm_campaign=94baca5b0f-EMAIL_

TERRITÓRIOS EM CONFLITO

CAMPAIGN_2018_07_06_12_19&utm_medium=email&utm_term=0_4c3240febe-94baca5b0f-183298517>.

- (2019): «Primeiro Congresso Nacional de Comunidades Reassentadas e Afectadas pela Indústria Extractiva. As comunidades são integradas por seres humanos», Maputo.

- CUNHA, Teresa (2008): «A New Impetus to Intercultural Learning: Questioning Concepts and Practices», em Susana GONÇALVES (org.): *Identity, Diversity and Intercultural Dialogue*, Coímbra, FCT/ESEC, 87-100.
- (org.) (2011): *Ensaíos pela democracia. Justiça, dignidade e bem-viver*, Porto, Afrontamento.
- (2014): *Never Trust Sindarela. Feminismos, Pós-colonialismos, Moçambique e Timor-Leste*, Coímbra, Almedina.
- (2015): *Women in Power Women: outras economias geradas e lideradas por mulheres no Sul não-imperial*, Buenos Aires, CLACSO/CODESRIA/IDEAS.
- (2017): «Todo o trabalho é produtivo: economias de abundância e da sobriedade», em Xoán HERMIDA GONZÁLEZ (coord.): *[Re]Pensar a democracia*, Compostela, Foro ObenComún, 101-134.
- (2018): «Mulheres em maxi-saias: Justiça Cognitiva, Identidades e Emancipação», em Beleni GRANDO, Lisani PEREIRA, Tereza CUNHA e Waldineia FERREIRA (orgs.): *Mulheres, Território e Identidades: despatriarcalizando e descolonizando conceitos*, vol. II, Curitiba, CRV.
- (2019): «Outras economias e uma hermenêutica feminista das Epistemologias do Sul», em Boaventura de Sousa SANTOS e Teresa CUNHA (orgs.): *Economias de Bem-Viver. Contra o desperdício das experiências*, Coímbra, Almedina (no prelo).
- y ÉLIDA LAURIS (2016): «À procura de um outro constitucionalismo econômico: construindo a cidadania a partir de iniciativas de economia solidária e popular lideradas por mulheres do Sul», *Sociologias*, 18 (43), 150-175.

- DELOITTE (2016): *Mozambique's Economic Outlook. Governance Challenges Holding Back Economic Potential*, Deloitte Touche Tohmatsu Limited. Disponível em <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/za/Documents/africa/ZA_Mozambique%20country_report_25012017.pdf>.

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

ESCOBAR, Arturo (2015): «Degrowth, Postdevelopment: A Preliminary Conversation», *Sustainability Science*, 10, 451-462.

FEDERICI, Silvia (2010): *Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria*, Madrid, Traficantes de Sueños.

FERNANDES, Raul (2012): *O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe da Guiné-Bissau. Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade*. Tese de doutoramento em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10316/23327>>.

KABEER, Naila (2008): *Mainstreaming Gender in Social Protection for the Informal Economy*, Londres, Commonwealth Secretariat.

LUGONES, María (2010): «Toward a Decolonial Feminism», *Hypatia*, 25 (4), 742-759.

McFADDEN, Patricia, e Patricia TWASHIMA (2018): *A Feminist Conversation: Situating our Radical Ideas and Energies in the Contemporary African Context*, Maputo, Friedrich-Ebert-Stiftung Moçambique (Feminist Reflections, 1).

MAMA, Amina (1995): «Feminism or Femocracy? State Feminism and Democratisation in Nigeria», *Africa Development*, 20 (1), 37-58.

MARTINS, Catarina (2016): «Nós e as Mulheres dos Outros. Feminismos entre o Norte e a África», em António SOUSA RIBEIRO e Margarida CALAFATE RIBEIRO (orgs.): *Geometrias da Memória: configurações pós-coloniais*, Porto, Afrontamento, 251-277.

MATHEWS, Sally (2008): «The Role of the Privileged in Responding to Poverty: Perspectives Emerging from the Post-Development Debate», *Third World Quarterly*, 29 (6), 1035-1049.

MOHANTY, Chandra Talpade (1991): «Under Western Eyes – Feminist Scholarship and Colonial Discourses», em Chandra Talpade MOHANTY et al. (eds.): *Third World Women and the Politics of Feminism*, Bloomington, Indiana University Press, 462-487.

TERRITÓRIOS EM CONFLITO

- MOREIRA SILVA, Luciana (2018): «Living Lesbian Relationships in Madrid: Queering Life and Families in Times of Straight Living Fossils», em Michael W. YARBROUGH, Angela JONES e Joseph Nicholas DEFILIPPIS (orgs.): *Queer Families and Relationships After Marriage Equality*, Londres/Nova Iorque, Routledge, 17-30.
- MOSCA, João, e Rabia AIUBA (2017): *Conjuntura económica da crise das dívidas ocultas*, Maputo (Fórum de Monitoria do Orçamento, 2). Disponível em <<https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Comunicado-09-Conjuntura-economica-da-crise-das-d%C3%ADvidas-ocultas.pdf>>.
- MOUFFE, Chantal (1996): *O Regresso do político*, Lisboa, Gradiva.
- OSÓRIO, Conceição, e Teresa Cruz e SILVA (2008): *Buscando sentidos. Género e sexualidade entre jovens estudantes do ensino secundário, Moçambique*, Maputo, WLSA Moçambique.
- e Teresa Cruz e SILVA (2016): *Entre a denúncia e o silêncio. Análise da aplicação da Lei contra a Violência Doméstica (2009-2015)*, Maputo, WLSA Moçambique.
- e Teresa Cruz e SILVA (2017): *Corporações económicas e expropriação: raparigas, mulheres e comunidades reassentadas no distrito de Moatize*, Maputo, WLSA Moçambique.
- e Teresa Cruz e SILVA (2018): *Silenciando a discriminação. Conflitos entre fontes de poder e os direitos humanos das mulheres em Pemba*, Maputo, WLSA Moçambique.
- OVIEDO, Atawallpa (2011): *Qué es el Sumakawsay. Más allá del capitalismo y el socialismo. Camino alternativo al desarrollo. Una propuesta para los «indignados» y demás desencantados de todo el mundo*, Quito, Sumak Editores.
- OYEWUMÍ, Oyèrónké (ed.) (2005): *African Gender Studies: A Reader*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.
- PEPETELA (2018): *Yaka*, Alfragide, Edições D. Quixote, 140 y 174.
- PÉREZ OROZCO, Amaia (2014): *Subversión feminista de la economía*, Madrid, Traficantes de Sueños.

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

- PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO) (2015): *Human Development for Everyone. Briefing Note for Countries on the 2016*, Mozambique.
- POLANYI, Karl (1957) [1944]: *The Great Transformation. The Political and Economic Origins of our Time*, Boston, Beacon Press.
- PRAEG, Leonhard, e Siphokazi MAGADLA (eds.) (2014): *Ubuntu. Curating the Archive*, Natal, Universidad de KwalaZulu/Natal Press.
- PULEO, Alicia H. (2013): *Ecofeminismo para otro mundo posible*, Madrid, Cátedra (Colección Feminismos).
- RAMOSE, Mogobe B. (1999): *African Philosophy Through Ubuntu*, Harare, Mond Books.
- RANDRIAMARO, Zo (2018): *Beyond Extractivism: Feminist Alternatives for a Socially and Gender Just Development in Africa*, Maputo, Friedrich-Ebert-Stiftung Moçambique (Feminist Reflections, 2).
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia (2010): *Chi'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*, Buenos Aires, Tinta Limón Ediciones.
- ROSENEIL, Sasha, Isabel CROWHURST, Tone HELLESUND, Ana Cristina SANTOS e Mariya STOILOVA (2013): «Changing Landscapes of Heteronormativity: The Regulation and Normalization of Same-Sex Sexualities in Europe», *Social Politics*, 20 (2), 165-199.
- SAMO, Graça (2013): «Relatório sobre a participação no seminário “A Gender Extractive Industry in Africa”», Escritório Regional da ONU Mulheres, Agência das Nações Unidas pela Igualdade de Género e Publish What you Pay (PWYP), Dar es-Salam, 4-5 de abril de 2013.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1996): «A queda do Angelus Novus: para além da equação moderna entre raízes e opções», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 45, 5-34.
- (org.) (2001): *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Afrontamento.
- (2002): «Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.

TERRITÓRIOS EM CONFLITO

- (2007): *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*, São Paulo, Boitempo.
- (2014a): *The Epistemologies of the South, Justice against Epistemicide*, Boulder/Londres, Paradigm Publishers.
- (2014b): «El neextractivismo está acabando con América Latina». Disponível em <<http://www.elespectador.com/noticias/el-mundo/el-neoextractivismo-esta-acabando-america-latina-articulo-524282>>.
- (2018): *The End of the Cognitive Empire. The Coming of Age of Epistemologies of the South*, Durham/Londres, Duke University Press.

SANTOS, Luciane Lucas dos (2011): «Os clubes de troca na economia solidária: por um modelo crítico e emancipatório de consumo», em Pedro HESPANHA e Aline MENDONÇA (orgs.): *Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas*, Coimbra, Almedina.

SEKELEKANI (2015): *A MINHA VOZ – Narração de Sofrimento de Comunidades reassentadas em Tete*, Maputo, Sekelekani.

— (2016): *A MINHA VOZ – Narração de Sofrimento 2016 ou como se incubam novos conflitos em Moçambique*, Maputo, Sekelekani.

SEN, Amartya (2010): *A ideia de justiça*, Coimbra, Almedina.

SHIVA, Vandana (2018): *¿Quién alimenta realmente el mundo? El fracaso de la agricultura industrial y la promesa de la agroecología*, Madrid, Capitán Swing.

— e Maria MIES (1993): *Ecofeminismo*, Lisboa, Instituto Piaget.

SILVA, Teresa Cruz e (2012): «Fecharam o mar e o mato: apontamentos sobre luta pelo acesso a recursos». III Conferência Internacional Gestão de Recursos Minerais e Naturais e sua Contribuição para o Desenvolvimento do País, Maputo, MASC e IBIS, 5-7 de novembro de 2012.

— Manuel ARAÚJO e Amélia Neves de SOUTO (2015): *Comunidades costeiras: perspectivas e realidades*, Maputo, Friedrich Ebert Stiftung

SRTOE, Célia (2017a): «Ritos de iniciação obrigam raparigas a manterem relações sexuais com homens desconhecidos em Meconta», em *Ligações de género 2017*, Maputo, Sekelekani, 28-29.

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

- (2017b): «Nhamapaza ou a guerra como incentivo à prostituição», em *Ligações de género 2017*, Maputo, Sekelekani, 30-33.
- Iracema BILA e Palmira VELASCO (2017): *Ligações de género*, Maputo, Sekelekani. Disponível em <<http://www.civilinfo.org.mz/files/Ligacoes%20de%20Genero%202017.pdf>>.
- Jessemusse CACINDA e Palmira VELASCO (2018): «Ilha de Olinda: onde as mulheres não têm sono», em *Ligações de género*, Maputo, Sekelekani, 3-7.

SOW, Fatou, y Ndèye Sokhna GUËYE (2011): *Genre et dynamiques socio-économiques et politiques en Afrique*, Dakar, CODESRIA.

SPIVAK, G. C. (1999): *A Critique of Postcolonial Reason. Toward a History of the Vanishing Present*, Cambridge (Massachusetts), Harvard University Press.

SVAMPA, Maristella (2013): «Consenso de los Commodities y lenguages de valoración en América Latina», *Nueva Sociedad*, 244, 30-46.

TRINDADE, João Carlos, Lucinda CRUZ e André Cristiano JOSÉ (2015): *Avaliação Jurídica Independente aos Processos de Licenciamento dos Projectos Minerais e de Hidrocarbonetos*, Maputo, Centro Terra Viva.

TRUJILLO, Gracia, e Elena BURGALETA (2014): «¿Queerizando la institución familiar? Entre los discursos bio-sociales y las múltiples resistencias», *Feminismo/s*, 23, 159-179.

VAUGHAN, Genevieve (1997): *For-Giving. A Feminist Criticism of Exchange*, Austin, Plain View Press.

VELASCO, Palmira (2016): «Urgente incluir a mulher na Indústria Extractiva – defendem participantes de um seminário sobre o tema em Maputo». Disponível em <<http://www.civilinfo.org.mz/urgente-incluir-a-mulher-na-industria-extractiva-defendem-participantes-de-um-seminario-sobre-o-tema-em-maputo/>>.

— (2017): «Impactos da extração de rubi sobre a mulher e a rapariga em Namanhumbir», em *Ligações de género 2017*, Maputo, Sekelekani, 10-19.

— (2018): «Ilha de Olinda: onde as mulheres não têm sono». Disponível em <<http://www.civilinfo.org.mz/ilha-de-olinda-onde-as-mulheres-nao-tem-sono/>>.

WILSKA, K. (2008): *Os empobrecidos*, Maputo, Kepa.

WIREDU, Kwasi (2003): «L'ancrage de la pensée africaine et les conditions du dialogue interculturel», *Revue Alternatives Sud: Pour une Pensée Africaine Émancipatrice*, 10 (4), 49-60.

■ Legislação (Moçambique)

Lei de Terra, Lei n.º 19/1997, de 1 de outubro.

Lei de Minas, Lei n.º 20/2014, de 18 de agosto.

Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Atividades Económicas, Decreto n.º 31/2012, de 8 de agosto.

Código Penal de Moçambique. Aprovado pela Lei n.º 35 de 2014, de 31 de dezembro.

■ Outros recursos

CANTALAPIEDRA, Santiago Álvarez (2018): «Extractivismos, modo de vida imperial y violencia», *Papeles de Relaciones Ecosociales y Cambio Global*, 143, 5-10.

GLOBAL VOICES (2018): «Riquezas naturais cercadas pelo terror: o que explica os ataques no norte de Moçambique?». Disponível em <<https://pt.globalvoices.org/2018/07/06/riquezas-naturais-cercadas-pelo-terror-o-que-explica-os-ataques-no-norte-de-mocambique/>>.

HUMAN RIGHTS WATCH (2013): «*O Que É Uma Casa Sem Comida?*». *O Boom da Mineração de Carvão e o Reassentamento*, Human Rights Watch.

LAHIRI-DUTT, Kuntala (2011): *Gendering the Field: Towards Sustainable Livelihoods for Mining Communities*, Canberra, ANU Press.

MÁRIO, Tomás Vieira (2018): «Involuntary Resettlement and its Impact in Livelihoods. The Role of Legislature». Comunicação

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

apresentada no Foro de SADC-Parliamentary e OXFAM International «Enhancing Parliamentary and Governmental Mineral Resource Policy and Implementation», Maputo, 18 de julho de 2018.

- (2013): «Já ninguém bate palmas... em Palma». Disponível em <http://www.sekelekani.org/mz/docs/Industria_Extrativa.pdf>.

MOYO, Theresa (2016): «Extractive Industries and Women in Southern Africa», *BUWA – A Journal on African Women's Experiences*. Disponível em <http://genderandsecurity.org/sites/default/files/Moyo_-_Extractives_W_in_S_Africa.pdf>.

TRINDADE, João Carlos, Lucinda CRUZ e André Cristiano JOSÉ (2015): *Avaliação Jurídica Independente aos Processos de Licenciamento dos Projectos Minerais e de Hidrocarbonetos*, Maputo, Centro Terra Viva.

VAN DER PLOEG, Frederick (2010): *Natural Resources: Curse or Blessing?* (CESIFO Working Paper, 3125). Disponível em <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/38934/1/631864989.pdf>>.

